

e do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2016 com a anistia de juros e multa de mora para quitação ou parcelamento dos débitos, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º. [...]”**

**§ 2º. A pessoa interessada que solicitar o parcelamento passará a ser solidariamente responsável em relação à dívida parcelada.”**

**Art. 6º.** O art. 9º. e § 1º., da Lei nº. 6.317, de 21 de novembro de 2016, que dispõe sobre o Parcelamento de débitos tributários e não tributários e do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2016 com a anistia de juros e multa de mora para quitação ou parcelamento dos débitos, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 9º. Os parcelamentos realizados nos termos desta Lei não dependerão de garantia, salvo nas hipóteses de débitos oriundos de tributos mobiliários de grandes devedores, assim entendidos aqueles cuja dívida for superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).”**

**§ 1º. A garantia será real ou fidejussória, podendo haver combinação entre as duas espécies a fim de que seja atingido o valor do débito consolidado.”**

**Art. 7º.** O inciso II do art. 17 da Lei nº. 6.317, de 21 de novembro de 2016, que dispõe sobre o Parcelamento de débitos tributários e não tributários e do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2016 com a anistia de juros e multa de mora para quitação ou parcelamento dos débitos, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 17. [...]”**

**II - suspensão da exigibilidade do crédito: se dá nos casos de parcelamento, após assinatura do termo de adesão ao programa e confirmação do pagamento da primeira parcela junto ao sistema tributário informatizado da Prefeitura Municipal de Ourinhos, ressalvada a hipótese prevista no art. 8º, § 1º, desta Lei.”**

**Art. 8º.** Aplicam-se ao Programa de Recuperação Fiscal as disposições da Lei 6.317, de 21 de novembro de 2016.

**Art. 9º.** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento em vigor.

**Art. 10.** Fica revogado o artigo 23, da Lei nº 6.317, de 21 de novembro de 2016.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Prefeitura Municipal de Ourinhos, 31 de janeiro de 2017.

**LUCAS POCAV ALVES DA SILVA**

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

**JOAQUIM LUIS VASSOLER**

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**LEI Nº. 6.331**

**DE 31 DE JANEIRO DE 2017**

*Institui o vale transporte personalizado para os servidores públicos municipais e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Ourinhos, aprovou em sessão do dia 30 de janeiro de 2017 e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituído o vale transporte personalizado para os

servidores públicos municipal onde constará o nome do servidor e sua matrícula.

**Art. 2º.** Considera-se servidor público, para os efeitos desta Lei, a pessoa legalmente investida em cargo público efetivo ou ocupante de cargo em comissão e os empregados públicos admitidos ou contratados da administração.

**Art. 3º.** O vale transporte constitui benefício que será concedido pela Administração a seus servidores, para utilização efetiva em despesas de deslocamento da residência para o trabalho e vice versa.

**Parágrafo único.** O deslocamento de que trata este artigo compreende a soma dos trajetos componentes da viagem do servidor, por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho, ficando vedada qualquer outra forma utilização, inclusive repasse e venda para terceiros.

**Art. 4º.** O vale transporte personalizado será concedido ao servidor público mediante cartão magnético, com recarga mensal perante a empresa detentora da concessão, devendo constar os seguintes dados:

- I – Quantidade de Unidade;
- II – Nome e matrícula do servidor;
- III – Documentos de Identificação: Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Documento Nacional de Identificação/Registro Geral (RG);
- IV – Foto do Servidor Público;
- V – Endereço residencial do Servidor Público;
- VI – Secretaria responsável pela lotação do Servidor Público.

**Parágrafo único.** Serão destinadas ao Servidor Público, efetivo ou ocupante de cargo em comissão, uma cota mensal de até no máximo 80 (oitenta) unidades mensal.

**Art. 5º.** Com o objetivo de se tornar exequível o pagamento do Vale Transporte Personalizado a empresa concessionária deverá enviar a Secretaria Municipal de Administração/Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ourinhos, até o 5º dia útil do mês subsequente, planilha com os dados descritos no art. 4º.

**Parágrafo único.** Com a devida conferência e aprovação da planilha de dados citada no artigo anterior caberá a Secretaria Municipal de Administração/Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ourinhos ratificar a exatidão dos valores cobrados e oficiar até o 20º dia útil do mês em curso a Secretaria/Departamento competente para efetivação do pagamento.

**Art. 6º.** O vale transporte será custeado:

- I – pelo servidor, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens;
- II – pela Administração, no que exceder à parcela de responsabilidade do servidor.

**Art. 7º.** Para fazer jus ao vale transporte, o servidor deverá manifestar opção por escrito perante o Diretoria de Recursos Humanos, em requerimento padronizado, do qual constarão:

- I – seu endereço residencial;
- II – os serviços e meios de transporte necessários ao seu deslocamento residência trabalho e vice versa;
- III – a autorização para o desconto, em folha de pagamento, da parcela de 6% (seis por cento) de seu vencimento, nas condições estabelecidas nesta Lei;
- IV – compromisso a ser firmado pelo servidor, sob responsabilidade, de que somente utilizará o vale transporte para o seu próprio e efetivo deslocamento residência trabalho e vice versa, podendo a administração fiscalizar o itinerário de deslocamento;
- V – outros elementos que se recomendarem à concessão e utilização adequada do vale transporte, inclusive deverão ser atualizados os dados dos servidores semestralmente.

**Art. 8º.** O desconto da parcela de 6% (seis por cento), de que trata o artigo 4º desta Lei, terá por base o período a que se refere o pagamento do vencimento, e se processará na ocasião deste.

**Parágrafo único.** Nos casos em que a despesa com o deslocamento for inferior à parcela de 6% (seis por cento), que compete ao servidor, o desconto far-se-á de acordo com o número de vales efetivamente concedidos.

**Art. 9º.** O benefício ficará suspenso durante as férias, licenças ou afastamentos, a qualquer título, sendo restabelecido quando do retorno do servidor.

**Art. 10.** A distribuição ou o uso indevido do vale transporte caracteriza falta grave, sujeitando o responsável às penalidades previstas em lei, inclusive ato de improbidade administrativa, assim como à suspensão ou cassação definitiva do benefício.

**Parágrafo único.** As concessões serão suspensas nos casos em que se verificarem irregularidades na distribuição ou na utilização do vale transporte, até a apuração dos fatos e responsabilidade.

**Art. 11.** O benefício do vale transporte cessará:  
I – por expressa desistência do servidor;  
II – pela exoneração, demissão, aposentadoria, falecimento ou qualquer outro ato que implique exclusão do serviço público municipal;  
III – pela sua cassação, em conformidade com o artigo 10.

**Art. 12.** O vale transporte, no que se refere à contribuição da Administração:

- I – não tem natureza remuneratória, nem se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;
- II – não constitui base de incidência de contribuição previdenciária;
- III – não é considerado para efeito da gratificação natalina;
- IV – não configura rendimento tributável do servidor.

**Parágrafo único.** A segunda via do cartão personalizado ficará a cargo e custas do servidor, salvo se comprovar que não deu causa a perda, extravio e afins, comprovado por intermédio de registro na autoridade policial.

**Art. 13.** Atribui-se a Secretaria Municipal da Administração/Diretoria de Recursos Humanos a fiscalização de todo o necessário para o cumprimento da presente Lei.

**Art. 14.** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 15.** Revoga a Lei nº. 2.836, de 23 de março de 1988.

**Art. 16.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.  
Prefeitura Municipal de Ourinhos, 31 de janeiro de 2017.

**LUCAS POCAY ALVES DA SILVA**

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

**JOAQUIM LUIS VASSOLER**

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**DECRETO Nº. 6.840**

**DE 30 DE JANEIRO DE 2017**

*Dispõe sobre suplementação de dotações do orçamento vigente no valor de R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais) e dá outras providências.*

**LUCAS POCAY ALVES DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ourinhos, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

**CONSIDERANDO** o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e o art. 4º., inciso III, da Lei nº. 6.324, de 27 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária do Município),

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica suplementada a dotação orçamentária a seguir

especificada:

01.08.00 – Secretaria Municipal de Educação

01.08.04 – Educação Básica - FUNDEB

331 02.262.00 3.3.90.46.00 12.361.0073.2.144 Auxílio Alimentação .....  
.....R\$ 1.300.000,00

**TOTAL .....R\$ 1.300.000,00**

**Art. 2º.** A cobertura da suplementação da dotação, constante do art. 1º. deste Decreto, se dará por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

01.08.00 – Secretaria Municipal de Educação

01.08.04 – Educação Básica - FUNDEB

330 02.261.00 3.3.90.46.00 12.361.0073.2.144 Auxílio Alimentação .....  
.....R\$ 1.300.000,00

**TOTAL .....R\$ 1.300.000,00**

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Prefeitura Municipal de Ourinhos, 30 de janeiro de 2017.

**LUCAS POCAY ALVES DA SILVA**

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

**JOAQUIM LUIS VASSOLER**

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**DECRETO Nº. 6.841**

**E 02 DE FEVEREIRO DE 2017**

*Altera a redação do artigo 19 do Decreto nº. 654 de 31 de maio de 1967, que regulamenta o Código Tributário do Município de Ourinhos e dá outras providências.*

**LUCAS POCAY ALVES DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ourinhos, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** O art. 19 do Decreto nº. 654, de 31 de maio de 1967, que regulamenta o Código Tributário do Município de Ourinhos, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 19. O lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas de Serviços Urbanos – IPTU/TSU de que trata o art. 151 da Lei nº. 794, de 31 de dezembro de 1966, que instituiu o Código Tributário do Município de Ourinhos, juntamente com a Taxa de Bombeiros instituída pela Lei Complementar nº. 618, de 25 de agosto de 2009 e a Contribuição de Iluminação Pública – CIP para terrenos sem unidade consumidora de energia elétrica ou contribuintes proprietários de terrenos sem edificação, de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº. 855, de 04 de dezembro de 2013, será realizado conjuntamente ao exercício financeiro e sua arrecadação:**

**I – cota única com desconto de 10% (dez por cento) para pagamento até o vencimento, de acordo com os grupos imobiliários listados no anexo I;**

**II – parcelado em até 11 (onze) parcelas, sendo que o valor mínimo de cada parcela não será inferior a R\$ 22,00 (vinte e dois reais), e vencimentos de acordo com os grupos imobiliários listados no anexo I.”**

**Art. 2º.** Revoga-se o Decreto nº. 6.675, de 27 de outubro de 2015.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.  
Prefeitura Municipal de Ourinhos, 02 de fevereiro de 2017.

**LUCAS POCAY ALVES DA SILVA**

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

**JOAQUIM LUIS VASSOLER**

Secretário Municipal de Administração